

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 782 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 1998



Os senadores Pedro Piva, Antonio Carlos Magalhães e Geraldo Melo, durante a sessão em que o acordo foi aprovado

Senadores aprovam acordo com o Fundo Monetário Internacional

Com nove votos contrários e uma abstenção, plenário autoriza governo a contratar crédito de US\$ 41,5 bilhões junto ao FMI e outras instituições

O Senado autorizou ontem o governo a firmar programa de cooperação financeira, no valor de US\$ 41,5 bilhões, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco de Compensações Internacionais (BIS) e outras instituições.

Segundo o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda, o acordo tem caráter preventivo e irá reforçar a posição de reser-

vas internacionais do Brasil.

Nove senadores votaram contra, alegando sobretudo que o programa aprovado mantém os equívocos da atual política econômica. O senador Josaphat Martinho se absteve de votar, argumentando que o governo não entregou a documentação referente à matéria a tempo de ser analisada adequadamente.

PÁGINA 3

Senado já apreciou 416 matérias

O Senado apreciou nesta semana 16 matérias. Chega a 416 o total de propostas legislativas examinadas pelos senadores desde o início do ano.

PÁGINA 8

Plenário vota projeto contra discriminação

A proibição de teste de gravidez para candidatas a emprego é uma das mudanças trazidas pelo projeto, aprovado ontem, que impede práticas discriminatórias contra a mulher.

PÁGINA 4

Pronunciamentos destacam direitos humanos

Parlamentares de vários partidos fizeram ontem em plenário discursos de homenagem ao cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

PÁGINA 5

Senadores e funcionários, trabalhadores rurais sem-terra e deputados federais se confraternizaram ontem na missa de Natal e ação de graças pelo encerramento do ano legislativo celebrada pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns.

Na cerimônia, à qual compareceram os presidentes do Senado e da Câmara, d. Paulo destacou os quatro pontos básicos do “compromisso cristão”: a busca da justiça social, a solidariedade, a defesa da liberdade e a prática da verdade.

PÁGINA 8



Ademir elogia empenho para instalar CPI das Pesquisas

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) agradeceu ontem, em plenário, o empenho do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, na criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigará a atuação dos institutos de pesquisa nas últimas eleições. Ele também pediu que essa CPI seja instalada na próxima terça-feira, às 10h.

Dessa forma, o parlamentar entende que, elegendo-se o presidente, o vice-presidente e o relator da CPI, haverá tempo para que a comissão peça aos institutos de pesquisa informações necessárias à condução dos trabalhos de investigação. Em sua opinião, essa CPI poderá funcionar durante a convocação extraordinária do Congresso e encerrar sua missão até 31 de janeiro.

Ademir Andrade observou que a conclusão desse trabalho é que vai pautar a atualização dos textos legislativos concernentes à atuação dos órgãos de pesquisa nas eleições brasileiras. Seu propósito é "tornar mais lógica a atuação desses institutos". Ele informou que a maioria dos líderes partidários já indicou os 22 deputados e os 22 senadores que integrarão a CPI, como titulares ou suplentes.

Serão titulares os seguintes senadores: Júlio Campos (PFL-MT), José Agripino (PFL-RN), João Rocha (PFL-TO), Roberto Requião (PMDB-PR), Nabor Júnior (PMDB-AC), Gerson Camata (PMDB-ES), Artur da Távola (PSDB-RJ), Geraldo Melo (PSDB-RN), Ademir Andrade (PSB-PA), José Eduardo Dutra



Ademir pretende que a CPI trabalhe durante a convocação extraordinária e entregue o relatório até 31 de janeiro

(PT-SE) e Ernandes Amorim (PPB-RO).

E serão suplentes os senadores Djalma Bessa (PFL-BA), Geraldo Althoff (PFL-SC), Jonas Pinheiro (PMDB-MT), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Ney Suassuna (PMDB-PB), Gilvam Borges (PMDB-AP), Sérgio Machado (PSDB-CE), Osmar Dias (PSDB-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Emília Fernandes (PDT-RS) e Elói Portela (PPB-PI).

Os deputados titulares dessa CPI serão: Maluly Netto, Rubem Medina, José Anibal, Luiz Carlos Hauly, Geddel Vieira Lima, Wagner Rossi, Odelmo Leão, Gerson Peres, Marta Suplicy, Enio Bacci e Paulo Heslander.

Os suplentes serão: Ciro Nogueira, Mauro Fecury, Márcio Fortes, Sebastião Madeira, Confúcio Moura, Darcísio Perondi, Arnaldo Faria de Sá, Ibrahim Abi-Ackel, João Paulo, Aldo Arantes e Duílio Pisaneschi.

ACM acha mais adequada a convocação em janeiro

Presidente assegura que, a partir do dia 4, o Congresso começa a trabalhar "com afinco para votar, na hora própria, a CPMF"

Para o presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, a convocação extraordinária do Congresso Nacional em janeiro não prejudica a tramitação da emenda que altera a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O senador disse que se a convocação ocorresse em dezembro não haveria número suficiente de parlamentares para deliberações, tanto na Câmara como no Senado. Por isso, acha mais acertada sua realização no início do ano que vem, "isso até em defesa da instituição". Ele ressaltou, no entanto, que a convocação é feita pelo presidente da República, cabendo a ele, Antonio Carlos, instalá-la.

Ele afirmou que, a partir do dia 4, o Congresso trabalhará "com afinco para votar a CPMF na hora própria, mas dentro dos trâmites regimentais e constitucionais".

Ao responder a um jornalista se estaria contrariado pelo fato de não estar sendo consultado para a composição do ministério do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, Antonio Carlos disse que fica feliz quando os jornais afirmam que ele não está sendo consultado, porque é uma demons-



ACM assistiu à missa ao lado do deputado Michel Temer, com quem disse ter uma "amizade pública"

tração a mais que ele não interfere no governo. Assim, não tem responsabilidade nos acertos nem nos erros. Mas acrescentou que tem bom entendimento com o presidente da República, que é quem está no comando.

Quanto às previsões sobre o país, feitas pelo senador eleito Jorge Bornhausen (PFL-SC) e divulgadas ontem pela imprensa, Antonio Carlos comentou que é natural que ele, um homem experiente, tenha apreensões. Ressaltou, porém, que aquele não é o ponto de vista do PFL, assim como as opiniões dele, presidente do Senado e do Congresso Nacional, não expressam o ponto de vista do partido.

Para Antonio Carlos, o ponto de vista

do PFL é realmente expresso por Bornhausen, mas neste caso, sua opinião foi pessoal, "porque muitos do PFL discordam dessa interpretação". Antonio Carlos disse ser muito otimista em relação ao país, e opinou que temas como a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras não devem ser tratados por enquanto.

O presidente do Senado negou ainda qualquer desentendimento com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Antonio Carlos disse que tem uma amizade pública com o colega parlamentar, com quem rezou e ficou muito tempo abraçado na missa de fim de ano celebrada ontem no Congresso.

Fórum pede que Congresso promova debate público sobre reforma agrária

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem representantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que lhe entregaram documento com críticas à política fundiária do governo Fernando Henrique Cardoso, aproveitando o dia em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 50 anos. Acompanhado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), os integrantes do fórum pediram a Antonio Carlos, ainda, a promoção de um debate público no Congresso Nacional sobre o tema.

Em resposta, o senador apoiou a organização de uma audiência pública sobre a reforma agrária e a política oficial para essa questão. Antonio Carlos transmitiu aos representantes do fórum, liderados pelo presidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra



Antonio Carlos recebeu documento do fórum e disse apoiar realização de audiência pública sobre o assunto

(MST), João Pedro Stédile, e dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho e presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a intenção de marcar o debate, se for possível, para o próximo mês de janeiro, durante a convocação extraordinária do Congresso.

O documento entregue ao presiden-

te do Senado critica o Banco da Terra, iniciativa governamental que pretende agilizar a reforma agrária por meio da compra de propriedades rurais, com apoio de créditos do Banco Mundial, e repudia a programação de cortes orçamentários nas verbas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) previstas no Orçamento da União para 99.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 1998

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

Segunda-feira (14.12.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação em primeiro turno da "PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho (juizes classistas); primeiro dia de discussão, em primeiro turno da "PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF); e para proferimento de parecer sobre as emendas de plenário do "PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória.

Terça-feira (15.12.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno da "PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF); e "Projeto de Resolução nº 164/97, que autoriza o estado do Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a US\$ 45 milhões destinados a financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado do Mato Grosso.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalma Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprova acordo com FMI. Só 9 votam contra

Para oposição, acerto não atende necessidade do Brasil de retomar crescimento e gerar empregos. Projeto de resolução determina que governo deverá apresentar relatórios trimestrais para análise do Senado



O projeto de resolução aprovado inclui o acerto com o FMI, através do qual o Brasil solicita empréstimo de US\$ 18 bilhões



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1998

1

Projeto de Resolução nº 112, de 1998 (Mensagem nº 275, de 1998). CAE. Aprova o programa de apoio financeiro ao governo brasileiro, autoriza a elevação do limite para concessão de garantia pela União, a União a prestar garantia e o Banco Central do Brasil a contratar operações externas de natureza financeira.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Resolução nº 108, de 1998 (Ofício nº S/84, de 1998). CAE. Autoriza o estado de Alagoas a contratar operação de refinanciamento de suas dívidas, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o governo do estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 677.887.265,64.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1998 (nº 3.901/97, na Casa de origem). Presidente da República. Institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações.

Resultado: À sanção.

4

Projeto de Resolução nº 110, de 1998 (Mensagem nº 262, de 1998). CAE. Autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor de até 225 milhões de marcos alemães, entre a Eletrobrás e um consórcio de bancos liderados pelo Dresdner Bank Ag., destinada ao financiamento do projeto Usina Nuclear de Angra II.

Resultado: À promulgação.

5

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1996 (nº 382/91, na Casa de origem). Dispõe sobre o acesso ao mercado de trabalho e determina outras providências.

Resultado: Aprovada a Emenda nº 2-CJ (substitutivo). Ficam prejudicados o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1996, e o Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1995, e a Emenda nº 1-CAS (substitutivo). Volta à Câmara dos Deputados.

6

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1995 (Autor: Teotônio Vilela Filho). Estabelece medidas para a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1996.)

Resultado: Prejudicado, em virtude da aprovação do item anterior.

7

Projeto de Resolução nº 109, de 1998 (Ofício nº S/83, de 1998). CAE. Autoriza o estado do Paraná a contratar operação de crédito e compra e venda de ações sob condição, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$ 3.850.000,00.

Resultado: Aprovado o projeto. Rejeitada a Emenda nº 1-Plen. Verificação: votaram: Sim: 19; Não: 20; Abst: 01; Total: 40. À promulgação.

8

Projeto de Resolução nº 111, de 1998 (Ofício nº S/78, de 1998). CAE. Autoriza o estado de Sergipe a realizar operação de crédito, no valor de R\$ 31.500.000,00, baseada no contrato de abertura de crédito, celebrado entre a União, o estado de Sergipe e o Banco do Estado de Sergipe S. A., em 30.3.98, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Resultado: À promulgação.

9

Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1995 (Autores: Osmar Dias e outras). Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas).

Resultado: Encerrada a discussão. Lido e aprovado requerimento do senador Osmar Dias, de adiamento de votação. A matéria retornará à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 15.12.98.

Com nove votos contrários e uma abstenção, o Senado aprovou ontem o Projeto de Resolução nº 112, que trata do programa de apoio financeiro ao governo brasileiro, autoriza a elevação do limite para concessão de garantias pela União e a contratação de operações externas de natureza financeira, envolvendo o Banco de Compensações Internacionais (BIS) e o Banco do Japão (BOJ). No programa de apoio financeiro consta ainda a documentação referente ao acordo do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os votos contrários ao acordo foram dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Ademir Andrade (PSB-PA), Emília Fernandes (PDT-RS), Sebastião Rocha (PDT-AP), Abdias Nascimento (PDT-RJ), Júnia Marise (PDT-MG) e Roberto Requião (PMDB-PR).

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) se absteve de votar, alegando que o

documento do acordo, com 218 páginas, mais o parecer do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), com 22 páginas, foram entregues aos senadores tardiamente. Como não participa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que analisou e votou a matéria, o senador alegou que estava impossibilitado de aprovar o acordo.

O primeiro a discursar contra o acordo com o FMI e os bancos foi Eduardo Suplicy. Da tribuna, o senador disse que, apesar de recomendações dos partidos de oposição e de analistas e economistas brasileiros e estrangeiros, o governo manteve inalterada a política cambial e passou a praticar taxas de juros que prejudicam a produção e a competitividade do Brasil no mercado internacional:

– O país precisa de um modelo de desenvolvimento econômico e social que aponte para o crescimento econômico, com oportunidades de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais. Nada disso está presente no acordo com o FMI – criticou.

No acordo com o Fundo, comentou, o governo brasileiro assume “compro-

missos irrealizáveis” no que se refere à meta de restringir o déficit nominal do setor público a R\$ 72,8 bilhões no período de janeiro a dezembro deste ano. Os dados, em contrapartida, apontam um déficit do setor público que ultrapassou a marca de R\$ 75 bilhões no período de setembro de 1997 a setembro deste ano, observou.

Suplicy disse ainda que o projeto de resolução aprovado não contempla os requisitos da Constituição, em seu artigo nº 52, inciso V, que diz ser prerrogativa exclusiva do Senado autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, estados, municípios e Distrito Federal. O senador não concorda com a interpretação do governo de que o acordo com o FMI não deve constar do protocolo de aprovação do Senado, e sim apenas as operações com o BIS, BOJ e demais instituições:

– A alegação de que o acordo com o FMI não se trata de operação externa de natureza financeira é totalmente descabida. Essa operação é similar à operação com o Banco do Japão – afirmou Suplicy.

Dutra diz que problema não será resolvido

Durante a discussão do acordo com o FMI, o senador José Eduardo Dutra duvidou, em discurso, de que estejam no protocolo enviado ao Senado todos os compromissos assumidos pela equipe econômica com o FMI, afirmando que o acordo é “um cheque em branco”, pois deixa em aberto a possibilidade de avaliações periódicas das metas e compromissos do governo brasileiro. O senador acusou a equipe econômica de “onipotente”, porque sempre encara as críticas e oposições à política econômica como manifestações impatrióticas.

Esse acordo, acrescentou, não vai resolver os problemas do Brasil e a única diferença entre os acordos firmados com o FMI no passado e este é que atualmente o país vive um regime democrático.

Para Roberto Requião, o acordo com o FMI demonstra a submissão do país.

– Esse acordo nada mais é do que a terceirização da economia brasileira. É um absurdo, uma loucura, e nada justifica apoiá-lo. O presidente da República passa a ser uma figura decorativa. E o acordo, além de ser um cheque em branco, estabelece parâmetros de juros e metas para o país – afirmou.

O senador classificou o comportamento do governo de “autista”, por ter optado pela receita do FMI, apesar de ser condenada por muitos especialistas. Embora com voto favorável ao acordo, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) fez um apelo ao Senado para que analise todos os relatórios trimestrais que serão enviados à Casa sobre o acordo, para ajudar o Brasil a não entrar em recessão. A exigência desses relatórios trimestrais foi sugestão de Amin, acatada por Arruda no seu parecer.

Arruda acha que acerto com Fundo é apenas “preventivo”

O acordo aprovado ontem pelo Senado representa um total de US\$ 41,5 bilhões, disponibilizados ao país pelas diversas instituições internacionais envolvidas. Pelo projeto de resolução, a União fica autorizada a elevar seu limite de concessão de garantias em operações financeiras no montante de US\$ 14,5 bilhões e a prestar garantia ao Banco Central nas operações externas junto ao Banco de Compensações Internacionais (BIS) e ao Banco do Japão.

A operação de crédito junto ao BIS é de até US\$ 13,2 bilhões e o valor total do empréstimo junto ao Banco do Japão é de até US\$ 1,2 bilhão, ambos com carência de seis meses.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador José Roberto Arruda, líder do governo no Congresso, estabeleceu no projeto de resolução que o Executivo encaminhará ao Senado, trimestralmente, demonstrativo do cumprimento das metas indicativas e critérios de desempenho relativos ao programa de apoio financeiro.

O total dos recursos provenientes do BIS vem de receitas próprias da instituição e de mais 19 bancos centrais da Áustria, Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.

O objetivo desses empréstimos, ob-

servou Arruda, é exclusivamente o de reforçar a posição das reservas internacionais no Banco Central:

– Trata-se de um apoio de natureza preventiva, já que, além de um nível de reservas superior a US\$ 41 bilhões, o Brasil tem amplas condições de honrar seus compromissos externos – afirmou.

Cerca de US\$ 10 bilhões dos recursos estarão disponíveis este ano e outros US\$ 20 bilhões virão ao longo do próximo ano, explicou o relator. Os recursos, acrescentou, serão sacados conforme as necessidades do país.

Do montante disponibilizado, 70% serão obtidos por uma linha especial denominada “Supplemental Reserve Facility”, que permite desembolsos mais rápidos, com prazo de recompra entre um e dois anos e meio, embora com custos mais elevados, já que é determinada pela taxa média de captação do Fundo acrescida de 3% ao ano.

No memorando assinado com o FMI, anexo ao protocolo do acordo de ajuda internacional, o governo brasileiro solicita empréstimo de US\$ 18 bilhões na forma de um arranjo *stand-by*, com prazo de 36 meses.

Durante esse período, de acordo com os termos do documento, as autoridades brasileiras manterão contatos permanentes com o Fundo e consultarão a instituição sobre adoção de medidas necessárias. Deverão ser feitas revisões do programa de ajuste em conjunto com o FMI antes do final de março de 1999 e no final de junho do mesmo ano.

Paraná terá R\$ 3,8 bilhões para sanear o Banestado

Abertura de crédito pela União foi autorizada ontem pelo plenário, que rejeitou emenda destinada a federalizar o banco

O plenário aprovou ontem projeto de resolução que autoriza a União a abrir crédito de R\$ 3,8 bilhões em favor do Paraná, para o saneamento financeiro do banco daquele estado - Banestado. O relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), destacou a importância da matéria no âmbito do programa de ajuste fiscal dos estados, em face das atuais disfunções dos bancos estaduais.

Ele esclareceu que o plenário estava votando um contrato já feito e assinado entre o governo do Paraná e a União, com interferência do Banco Central. Também explicou tratar-se de um modelo padronizado para todos os estados brasileiros. "Então fizemos a isonomia, todos estão sendo tratados da mesma maneira", afirmou.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou emenda ao projeto, para obrigar o Paraná a vender o controle acionário do Banestado à União, com o fim de privatização ou extinção, na data da liberação dos recursos pela Secretaria do Tesouro



O relator, Gerson Camata, disse que os estados foram tratados da mesma maneira

Nacional. Ele informou que esses R\$ 3,8 bilhões, corrigidos pela taxa Selic desde abril do ano passado, já saltaram para aproximadamente R\$ 4,7 bilhões.

— Como forma de tornar mais ágil o processo e evitar custos desnecessários, somos pela abreviação do processo de condução pelo estado, condicionando a liberação dos recursos à imediata federalização do Banestado — argumentou Requião.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) estranhou o alto valor do empréstimo, "enquanto foram aprovados apenas R\$ 311 milhões para saneamento dos dois bancos estaduais de Santa Catarina". Ele teme que a operação cause prejuízos aos cofres públicos e traga vantagens indevidas ao setor privado. "Tem fermento nesta conta. O passivo do banco não vale isso e a operação não vai representar o saneamento do banco, mas pode ser uma boa queima de arquivo", alertou.

O relator sustentou que o Senado não pode tratar os estados de maneira desigual. Ele acredita que tornar obrigatória a transferência do Banestado para a União fere a autonomia dos estados. Também em defesa do projeto original, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu que o Senado aprovasse o saneamento do Banestado, mas "sem abrir mão da apuração de possíveis irregularidades". Osmar Dias obteve a informação de que os valores da operação foram calculados pelo Banco Central.

Requião levanta suspeitas sobre a gestão do banco

Durante a discussão do projeto de resolução que permite a realização de operação entre o estado do Paraná e a União para sanear o Banco do Estado do Paraná, o senador Roberto Requião levantou uma série de suspeitas sobre a gestão do banco durante o governo Jaime Lerner. Estes fatos, para ele, desautorizam o governo do Paraná a gerenciar o processo de saneamento do banco. "Pelos mesmos motivos pelos quais não se permitiu que Ângelo Calmon de Sá, ex-controlador do Banco Econômico, recebesse dinheiro para sanear o banco, não é recomendável que se ponham na mão do governador Jaime Lerner recursos para sanear o Banestado. Seria o mesmo que deixar a raposa cuidar do galinheiro", comentou.

O senador paranaense disse que o Banestado foi o banco com o maior lucro do país em 1993, fato exaltado pelo primeiro presidente da instituição no governo Lerner. Segundo Requião, operações irregulares autorizadas pelo governo do estado, como a emissão ilegal de debêntures e a compra de títulos frios, trouxeram enormes prejuízos à instituição.

— Dívidas dos deputados da bancada governista foram pagas com precatórios do governo do Paraná. Eram adquiridos títulos para pagar



Requião apontou operações irregulares no Banestado

precatórios, por um décimo do valor de face, e usados para pagar dívidas junto ao banco. E o banco quitava a dívida pelo valor total — acusou o senador Roberto Requião.

De acordo com o senador, o Banestado foi a instituição que mais comprou "títulos podres", conforme apurou a CPI dos títulos públicos. Requião disse que procurou o governador Lerner para falar sobre os problemas de gestão no banco, mas lhe foi proposto um acordo político em troca do seu silêncio.

O relator da matéria, senador Gerson Camata, explicou que não lhe coube investigar assuntos relacionados a irregularidades no Banestado, mas apenas o processo de saneamento do banco. Ele informou que a documentação enviada por Requião sobre o assunto foi remetida ao Banco Central, à Polícia Federal e à Procuradoria do Estado do Paraná. O senador Osmar Dias também defendeu a apuração das denúncias pelo Banco Central.

Empréstimo facilita conclusão de Angra II

A Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) poderá firmar contrato de empréstimo junto ao Dresdner Bank Ag, no valor de 225 milhões de marcos alemães (cerca de US\$ 140 milhões) — autorizado ontem pelo Senado —, para financiar a importação de bens e serviços necessários à conclusão da Usina Nuclear de Angra II.

Segundo parecer favorável ao projeto, do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), a operação cobrirá 45% dos recursos necessários à conclusão da usina. Foram aprovados ainda requerimentos de urgência para projetos de resolução que autorizam empréstimos que beneficiam Angra II e a Marinha.

O plenário autorizou também operação de crédito no valor de R\$ 31,5 milhões baseada em contrato celebrado entre a União, o estado de Sergipe e o Banco do Estado de Sergipe no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Dentro do programa de ajuste das finanças públicas estaduais, o plenário aprovou parecer favorável do senador Romero Jucá (PFL-RR) a contrato de refinanciamento de dívidas do estado de Alagoas, assumidas pela União, no valor total de R\$ 677,9 milhões. Com a autorização, as dívidas do estado com o Lloyds Bank e o Banco do Nordeste serão incorporadas ao primeiro contrato de financiamento firmado pelo estado com a União.

Criada taxa de licenciamento de instalações nucleares

Foi aprovado ontem pelo Senado projeto que cria taxa de licenciamento, controle e fiscalização de instalações e materiais nucleares (TLC) a ser paga à Comissão Nacional de Energia Nuclear, a entidade governamental encarregada dessas atividades, consideradas como exercício de polícia, pelo aspecto de segurança nacional que incluem. O projeto vai à sanção presidencial.

Devem pagar a TLC as pessoas jurídicas autorizadas a operar instalações nucleares, ou a produzir e comercializar minérios nucleares como urânio ou tório, bem como as pessoas físicas e jurídicas habilitadas a realizar pesquisa de minerais como urânio ou tório, ou contendo elementos de interesse para a energia nuclear. Também paga quem estiver autorizado à posse, manuseio, uso, transporte ou armazenamento de fontes de radiação ionizante.

Em seu relatório, o senador Edison Lobão (PFL-MA) justifica a cobrança da TLC alegando que a permanente escassez de recursos orçamentários torna reduzidas as dotações destinadas à CNEN. "Esse fato poderia comprometer o desempenho das funções de controle e fiscalização junto à grande



Lobão acredita que o projeto aprovado promove justiça fiscal

quantidade de estabelecimentos que manipulam radioisótopos, reduzindo o necessário nível de segurança nuclear", adverte.

Para Lobão, a instituição da taxa virá solucionar, de vez, o problema de financiamento das atividades da CNEN, promovendo justiça fiscal, ou seja, "fazendo com que suportem os custos da fiscalização as pessoas que efetivamente estejam na condição de usuários". Estão isentos da TLC as organizações militares, os hospitais públicos, os institutos de pesquisa do Programa de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear e as organizações filantrópicas.

Proibido o teste de gravidez para candidatas a emprego

O Senado aprovou ontem substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto de lei da Câmara dos Deputados coibindo práticas discriminatórias contra a mulher em seu acesso ao mercado de trabalho.

Por ter sofrido alteração, o projeto, de autoria da deputada Rita Camata (PMDB-ES), retorna à Câmara. A matéria tramitou em conjunto com projeto do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) sobre o mesmo assunto.

Além de proibir que mulheres grávidas sejam vetadas em seu acesso a empregos ou promoções, em função de seu estado, o projeto tipifica como crime a exigência de teste de gravidez, indução à esterilização genética e promoção de controle de natalidade nas empresas. Os culpados estão sujeitos a penas de detenção de um a dois anos e multa no valor de dez vezes o salário pago à empregada.

Em seu relatório, Simon ressalta a importância de proteger a mulher grávida, impedindo que haja prejuízo profissional para ela. "Garantimos, ainda, o atendimento médico necessário, durante a gestação, tanto à mulher quanto ao nascituro. O

projeto prevê que os programas de planejamento familiar sejam executados através do Sistema Único de Saúde, ou de órgão oficial, proibindo que empresas implantem, por conta própria, serviços desta natureza", explica.

O senador pelo Rio Grande do Sul cita o Mapa do Mercado de Trabalho, elaborado pelo IBGE, mostrando que o rendimento médio dos homens chega a quase o dobro do rendimento das mulheres. "Por isso, incluí no substitutivo um artigo proibindo as considerações de sexo, idade, cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional ou oportunidades de ascensão."

Como a capacitação profissional representa a melhor maneira de combater os baixos salários — de homens e de mulheres —, o substitutivo prevê que as empresas com mais de cem empregados deverão manter programas especiais de incentivos e aperfeiçoamento, acessíveis a ambos os sexos. Também as vagas de cursos de formação, ministrados por instituições governamentais ou por órgão de ensino profissionalizante, deverão ser oferecidas a empregados de ambos os sexos.

Campos: direitos humanos exigem empenho mundial

Ao registrar os 50 anos da proclamação da Declaração Universal, senador diz que governos devem reafirmar na prática o compromisso com um documento que constitui a base moral, jurídica e política da humanidade

Ao registrar a passagem dos 50 anos da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o senador Júlio Campos (PFL-MT) afirmou que aquele documento representa um gesto de repúdio contra as atrocidades cometidas pelos regimes totalitários. Ele disse também que a declaração é uma carta contra a barbárie gerada pela discriminação e pelo preconceito e contra toda a forma de desrespeito e violação dos direitos fundamentais da pessoa humana.

– Mas ela não representa apenas um gesto de repúdio contra os feitos do passado. Sua direcionalidade é também futura. A declaração constrói e firma a base moral, ética, jurídica e política que deverá orientar as ações do homem no futuro – completou Júlio Campos.

O senador destacou que a declaração não defende apenas os direitos individuais da pessoa à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. O documento também intro-



Segundo Campos, a concentração de riquezas gera violações aos direitos humanos

duz conquistas sociais, como o direito à saúde, à educação, à segurança social, ao repouso, ao lazer, à participação na vida cultural e a um padrão de vida satisfatório.

Júlio Campos opinou que comemorar o cinquentenário da declaração significa mais do que prestar homenagens na forma de palavras e discursos. Ele defendeu a necessidade de que seja reafirmado o compromisso de cada governo, instituição e indivíduo com a defesa, a promoção e

a vigência dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Apesar de reconhecer a importância da Declaração dos Direitos Humanos, Júlio Campos admitiu que dificuldades de natureza econômica que atingem os países impedem que seja implantada uma política social justa e igualitária.

Ele observou que as distorções nas relações de produção e distribuição da riqueza geram violações aos direitos humanos.

Um sonho que deve servir de prece e guia, afirma Simon

Os direitos da pessoa humana ainda são um sonho, “quase uma prece”, mas o fato de estarem definidos numa declaração permite que se lute por eles, seguindo os passos de dom Paulo Evaristo Arns, cuja prática diária é a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Para Simon, o Senado teve a honra de também poder comemorar os 50 anos da declaração “na presença viva de um ser humano que nos inspira a prática de todos os preceitos formulados pela ONU”, referindo-se à missa de confraternização de Natal do Senado



Pedro Simon lembrou o drama das mulheres, crianças e das minorias injustiçadas

celebrada por Dom Paulo no Salão Negro do Congresso Nacional.

Desde 1948, a humanidade assis-

tiu a profundas transformações tecnológicas, mas “o mundo das viagens espaciais, da fibra ótica e da Internet é o mesmo mundo da Bósnia, de Angola e do Kosovo”, lamentou Simon. Em contraponto à declaração, acrescentou, o mundo dos negócios prepara um Acordo Multilateral de Investimentos para garantir os lucros dos especuladores às custas de maiores índices de analfabetismo, sofrimento e miséria.

– Homenagear a Declaração Universal dos Direitos Humanos e se omitir quanto aos termos do Acordo Multilateral de Investimentos são atitudes in-

compatíveis – afirmou.

À declaração e aos direitos à liberdade, à igualdade, à educação e ao trabalho, sem qualquer discriminação de raça, sexo, cor, língua, religião ou opinião, o mundo de hoje contrapõe 18 milhões de refugiados, dos quais 12 milhões deixaram seus países de origem e 6 milhões são os chamados “deslocados internos”, cidadãos que se escondem por motivos étnicos, religiosos ou políticos, observou o senador.

Além disso, continuou Simon, “as mulheres representam 70% de todos os miseráveis do planeta, as cadeias mais parecem guetos de maioria negra,

as populações indígenas são confinadas, sujeitas a todo tipo de epidemias e a todos os tipos de discriminação”. Até o ano 2000, acrescentou Pedro Simon, 24 milhões de crianças morrerão antes dos cinco anos de idade, mais da metade por problemas decorrentes da desnutrição, e boa parte das sobreviventes não terão acesso à educação.

Frente à essa realidade, na opinião do senador, é preciso, como dom Paulo Evaristo Arns, não se refugiar no discurso solene. Ao contrário, cabe a cada um fazer “de sua vida um discurso e uma prática que incomodam, sempre buscando possibilidades novas”.

Neoliberalismo ameaça Declaração, entende Suplicy

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Declaração Universal dos Direitos Humanos é “um dos mais importantes documentos já produzidos pela humanidade em toda a sua história”. No entanto, conforme o senador, “apesar do compromisso do Estado brasileiro de construir um país mais justo e a dignidade da pessoa humana ser reconhecida constitucionalmente, temos uma longa história de desrespeito ou omissão no que tange aos direitos humanos e que, infelizmente, continua a ocorrer”.

A Declaração, disse o senador, foi a raiz de numerosos pactos, protocolos, tratados e convenções que ampliaram o alcance dos direitos humanos em todo o mundo. Contudo, citando levantamento da Anistia Internacional divulgado pela *Folha de S. Paulo*, Eduardo Suplicy afirmou que, em 141 dos 185 países que fazem parte das Nações Unidas, “foram constatadas violações dos direitos humanos cometidas por governos e grupos armados de oposição, onde se incluem crimes bárbaros, como torturas, homicídios, encarceramento de presos de consciência e desaparecimentos”.

Na opinião do senador, a globalização e o neoliberalismo representam uma ameaça, na medida em que têm violentado os direitos humanos em diversas partes do

planeta. Dos 3 bilhões de trabalhadores de todo o mundo, de acordo com recente relatório da Organização Internacional do Trabalho, 1 bilhão estarão desempregados ou subempregados em 99, informou.

O senador registrou também o prêmio conferido pela ONU ao secretário de Direitos Humanos, José Gregori. Mas, na sua avaliação, o secretário pode desempenhar um papel muito mais ativo

no sentido de “chamar diariamente a atenção do governo FHC de que este está muito distante de se aproximar, com a velocidade necessária, do objetivo de construirmos uma nação justa, onde os direitos humanos sejam respeitados”.

Também foram homenageados por Suplicy o sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, e dom Paulo Evaristo Arns “pelo heróico esforço desenvolvido em favor da dignidade e dos direitos humanos”. O orador aplaudiu a decisão do ministro do Interior da Inglaterra, Jack Straw, que autorizou a abertura do processo de extradição do ex-ditador chileno Augusto Pinochet.

Suplicy saudou, de qualquer maneira, o reconhecimento jurídico dos direitos humanos, que tem servido de amparo “a indivíduos ou grupos postos em condições desvantajosas”.



Suplicy exalta 50 anos da Declaração

Odacir destaca contribuição de Austregésilo de Athayde

O senador Odacir Soares (PTB-RO) homenageou o transcurso dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos lembrando que o brasileiro Austregésilo de Athayde exerceu papel preponderante para essa iniciativa, constituindo o marco de uma luta constante contra o poder discricionário e contra a tirania.

– O Brasil, na pessoa do extraordinário Austregésilo de Athayde, esteve presente na origem do evento, ocorrido em 1948, e demonstrou que há, na consciência e na cultura da sociedade brasileira, um substrato importante em favor dos direitos humanos, constituindo terreno fértil para o nascer e o desabrochar de uma realidade altamente

dignificante para o mundo inteiro – enalteceu Odacir Soares.

Para o senador, não bastam as declarações formais em favor dos direitos humanos, embora elas sejam necessárias.

“É preciso uma globalização de consciência e de ética para que disso surjam instâncias e ações internacionais voltadas para a reafirmação da fé nos valores fundamentais do homem”, enfatizou.

A propósito, Odacir reportou-se a ações empreendidas pelo Senado no sentido de participar do esforço mundial para aproximar a “formalidade da realidade” nesse particular, entre elas, a aprovação do projeto que reconhece a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.



Odacir: marco contra poder discricionário

Rocha cobra votação de requerimento

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) contestou os líderes partidários por não terem incluído na Ordem do Dia requerimento de urgência para operação de crédito, de R\$ 26 milhões, que atenderá o Amapá no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Para o parlamentar, o próprio critério de inserção desses requerimentos na pauta não está muito claro.

Sebastião Rocha queria saber por que só dois requerimentos de urgência haviam sido submetidos a decisão na sessão plenária de ontem. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, respondeu que, por imposição regimental, só dois requerimentos de urgência podem ser deliberados a cada sessão. Ele esclareceu que, para decidir sobre um número maior que esse, é necessária a unanimidade do plenário.

Lembrando que inúmeros requerimentos desses haviam sido deliberados anteriormente na Comissão de Assuntos Econômicos, Sebastião Rocha atribuiu a não inclusão do pedido do Amapá à força dos estados mais poderosos. “De repente, a briga dos tubarões prejudica as piabas”, afirmou ele.



Rocha: “briga dos tubarões”

Antonio Carlos apóia sessão em homenagem ao cinquentenário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou ontem o seu apoio à sessão em homenagem aos 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos, ressaltando que o Senado “deseja o aprimoramento em relação à pessoa humana e à justiça social”. O senador, que acabara de receber representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, acrescentou que “uma reforma agrária efetiva pode e deve ser feita com a maior urgência”. Antonio Carlos congratulou o secretário de Direitos Humanos, José Gregori, pelo prêmio que lhe foi conferido pela Organização das Nações Unidas, segundo ele “uma prova a mais de que o Brasil está se esforçando para ser incluído entre as nações que mais defendem os direitos humanos”.

CAE aprova créditos para quatro estados

As operações autorizadas pela Comissão de Assuntos Econômicos destinam-se a compensar as perdas decorrentes da implantação do Fundef ou a ajudar os governos estaduais a ajustarem suas finanças

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem as solicitações dos estados do Acre, do Amapá e do Pará para contratar operações de crédito destinadas a captar recursos para o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O Acre teve duas solicitações aprovadas com base no relatório do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). A primeira, no valor de R\$ 101 milhões, se refere às medidas que têm como objetivo liquidar o Banco do Estado do Acre e criar uma agência de fomento.

O outro pedido trata do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, no valor de R\$ 19,2 milhões.

Os senadores também aprovaram parecer do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), favorável ao projeto de resolução que autoriza a assinatura de contrato entre a União, o estado do Amapá e o Banco do Estado do Amapá (Banap) no valor de R\$ 26 milhões.

Na mesma reunião, a Comissão de Assuntos Econômicos rejeitou emendas de plenário a projetos de resolução autorizando o estado do Pará a contrair créditos com a União no valor de R\$ 372 milhões.

As emendas do senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) procuravam

“excluir qualquer possibilidade de o Banco do Estado do Pará vir a ser privatizado”. A comissão preferiu, porém, manter os textos originais dos projetos.

RIO DE JANEIRO

O estado do Rio de Janeiro também obteve permissão da CAE para contrair crédito, só que destinado ao ressarcimento das perdas de receitas em virtude da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

A instituição do Fundef obrigou os estados a repassarem recursos aos municípios para custeio da educação fundamental. Os R\$ 296,2 milhões previstos na operação de crédito destinam-se a minimizar 80% das perdas de receitas do estado.

A CAE aprovou ainda projetos de resolução que autorizam a emissão de letras financeiras pelo município e pelo estado do Rio de Janeiro. Ambas as operações destinam-se ao refinanciamento das dívidas mobiliárias vencíveis no primeiro semestre de 99.

Foram aprovados requerimentos de urgência para todos os projetos, à exceção das solicitações do Pará. Se os requerimentos forem aprovados em plenário, as matérias poderão ser incluídas na pauta da próxima semana.



A comissão aprovou urgência para apreciação dos pedidos do Rio de Janeiro, Acre, Amapá e Pará

Consórcio alemão pode financiar usina nuclear

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também aprovou parecer do senador Romero Jucá (PFL-RR) favorável ao projeto que autoriza a operação de crédito entre o Brasil e um consórcio de bancos alemães.

Com os recursos desse empréstimo, que soma 225 milhões de marcos alemães, serão executadas as obras da Usina Nuclear de Angra II.

Ao analisar o mérito da proposta, Romero Jucá destacou a importância da usina para a “resolução da questão energética em nosso país, possibilitando maiores condições para um crescimento econômico sustentado”.

Os membros da CAE aprovaram também acordo de financiamento entre a União e o Skandinaviska Banken AB, da Suécia, no valor de R\$ 63 milhões, para o reaparelhamento da Marinha Brasileira.

O contrato permitirá a aquisição de torpedos que equiparão a frota nacional de submarinos.



Romero Jucá disse que a usina ajudará a resolver “a questão energética no país”



Piva agradeceu o empenho demonstrado pelos senadores



Ney Suassuna destacou a eficiência do presidente da CAE

Comissão apreciou 108 matérias desde maio

Ao encerrar ontem os trabalhos deste ano da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o seu presidente, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) agradeceu o empenho dos senadores, destacando “a presença maciça em todas as reuniões da comissão”.

De acordo com Piva, foram 23 reuniões desde maio, em que foram aprovadas 108 matérias, sendo sete projetos em caráter terminativo.

– Esse resultado só foi possível graças ao esforço e à dedicação de todos os membros da comissão – ressaltou o parlamentar.

O líder do Governo no Congresso Nacional, senador José Roberto Arruda

(PSDB-DF), destacou a firmeza e o respeito pelos senadores demonstrados por Piva na condução dos trabalhos da CAE. Para ele, seu equilíbrio, ponderação e respeito às normas do Senado permitiram “a aprovação de temas que vão influenciar a performance da economia brasileira”.

Pelo PMDB, falou o senador Ney Suassuna (PB), enfatizando a eficiência e rapidez do senador paulista à frente da comissão.

Em nome do PFL, o senador Romero Jucá (RR) trouxe “os agradecimentos do partido e do país pela lisura na condução dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos”.



Tebet considerou a reivindicação dos líderes sindicais justa, mas disse que só poderá atendê-la depois de uma análise mais cuidadosa

Sindicalistas pedem a Ramez Tebet para rejeitar cortes no FAT

Líderes das principais centrais sindicais reuniram-se ontem com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator-geral do Orçamento de 99, para pedir que o senador rejeite cortes nas verbas do Fundo de Amparo ao Trabalho (FAT) destinadas à requalificação profissional.

Canindé Pegado, da CGT, Luís Fernando Emediato, da Força Sindical, e Mônica Valente, da CUT, disseram ao senador que o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou verbas de R\$ 730 milhões para serem aplicadas em políticas de qualificação dos trabalhadores. Os recursos sofreram cortes de R\$ 420 milhões na proposta de orçamento elaborada pelo Ministério do Planejamento.

“O que pedimos é que se corrija um erro e que a decisão do Codefat seja respeitada”, disse Canindé Pegado. Ele afirmou, ainda, que a proposta não acrescenta custos ao Orçamento da União porque pode ser atendida através de um remanejamento de verbas dentro do próprio Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Ramez Tebet respondeu aos sindicalistas que considerava a reivindicação “justa e que, em última análise, trata-se apenas de uma nova alocação para as verbas dos próprios trabalhadores”. Disse, entretanto, não poder garantir o atendimento ao pedido dos sindicalistas, mas que se compromete a apreciar o assunto com “toda a consideração que merece”.

A comissão presidida por José Ignácio Ferreira ouviu representantes de diferentes setores da área de transportes



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: ginástica especializada
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista Jair Mari. Assunto: síndrome do pânico
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Unibiótica
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Cerrado
9h30 - *Entrevista* - O procurador dos direitos dos cidadãos, Wagner Gonçalves, fala sobre *cidadania e direitos humanos*
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - Sessão Plenária (ao vivo)
12h30 - *Entrevista* - O procurador dos direitos dos cidadãos, Wagner Gonçalves, fala sobre *ciudadania e direitos humanos*
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - a Reserva Biológica
13h30 - *Consulta Marcada* - A dermatologista Gladys Campbell fala sobre *câncer de pele*. Ela explica vários aspectos da doença, como ela se desenvolve e a importância do diagnóstico precoce
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 - *Cores do Brasil* - o Espírito Santo
19h - *Palestra* - L.E.R.
20h - *Cores do Brasil* - o Folclore Goiano
20h30 - *Entrevista* - O procurador dos direitos dos cidadãos, Wagner Gonçalves, fala sobre *ciudadania e direitos humanos*
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Consulta Marcada* - A dermatologista Gladys Campbell fala sobre *câncer de pele*
21h55 - *Senado em Pauta*
22h - *Especial* - Apresentando o Patrimônio Mundial; em destaque, as belezas de Venezuela

22h30 - *Especial Unip* - o médico Dráuzio Varela entrevista Cláudio Petrilli. Assunto: crianças especiais
22h55 - *Senado em Pauta*
23h - *Consulta Marcada* - A dermatologista Gladys Campbell fala sobre *câncer de pele*
0h - *Cores do Brasil* - São Luís do Maranhão

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
10h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
19h - "A Voz do Brasil"
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
0h - Sessão Plenária do Senado (Reprise)
Em seguida - Música e informação

SÁBADO

10h30 - "Autores e Livros" - Uma homenagem ao jornalista pernambucano Austrágésilo de Athayde. Apresentação da professora Margarida Patriota
11h - "A Música Erudita" - No programa, a música religiosa do compositor russo Sergei Rachmaninov: "Missa de Vésperas - Opus 37". Apresentação do senador Artur da Távola
16h - "A Música do Brasil" - Uma nova coletânea de grandes nomes da MPB, como "Papel Marchê", "Garota de Ipanema" e "Gota d'água". Apresentação do senador Artur da Távola
20h - "Especial do Mês" presta homenagem ao Rei do Baião, Luiz Gonzaga
22h - "Brahms - Vida e Obra" - A obra "Sinfonia nº 3 em Fá Maior - Opus 90". Apresentação do senador Artur da Távola

DOMINGO

9h30 - "Senado FM Memória"
11h - "A Música Erudita" (reprise)
17h - "Brahms - Vida e Obra" (reprise)
18h30 - "Senado FM Memória" (reprise)
19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
22h - "A Música do Brasil" (reprise)

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DR0 ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Comissão pede infra-estrutura privada no Corredor Centro-Leste

Relatório final aprovado ontem defende ainda descentralização de transportes na região que envolve Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo

É preciso promover a privatização e a descentralização da infra-estrutura viária do Corredor Centro-Leste. Essa é a principal conclusão do relatório final - aprovado ontem - da comissão especial destinada a promover novos estudos sobre a abertura de frentes de produção agropecuária, extrativa e de insumos industriais na região do Corredor de Transportes Centro-Leste.

- Esta comissão configurou-se como um grande encontro de vontades de conquistar os cerrados, com suas enormes fronteiras a ocupar e desenvolver. Essa conquista é a melhor alternativa que permite extinguir as diferenças que perpetuam a depen-

dência dos estados pobres - analisou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), relator da comissão.

Por meio de audiências públicas, encontros e seminários, realizados também nos estados, a comissão, presidida pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), ouviu, desde março de 1996, quando foi criada, representantes de diferentes setores da área de transportes que ajudaram na elaboração de suas conclusões.

O Corredor de Transportes Centro-Leste é um sistema voltado para o escoamento de mercadorias, integrando pólos de produção da área que abrangem os estados de Goiás, Minas Gerais e

Espírito Santo. A comissão não se limitou, entretanto, ao Brasil Central e opinou sobre a infra-estrutura de transportes das regiões adjacentes, do oceano Pacífico até o complexo portuário do Espírito Santo.

Dentro dessa perspectiva, os senadores discutiram questões de logística, sistemas aduaneiros integrados, armazenagem, telecomunicações, energia, além de ações coordenadas entre os planejamentos estaduais e a atração de investimentos privados. As conclusões da comissão serão publicadas em breve, inclusive na *homepage* do Senado na Internet.

CARACTERÍSTICAS DO CORREDOR CENTRO-LESTE

O Corredor de Transportes Centro-Leste envolve uma malha de infra-estrutura viária, com rodovias, ferrovias e portos.

1.860 km de ferrovia;

5 conjuntos de portos, todos no Espírito Santo (portos de Tubarão, de Ubu, de Barra do Riacho, de Praia Mole e de Vitória/Vila Velha).

Rodovias principais [BRs 040, 060, 070, 153, 163, 174, 262 e 364].

Estações aduaneiras, terminais retroportuários, armazéns e outras instalações fundamentais para operações de logística.



Mauro ressalta papel da Vale do Rio Doce

A influência da Companhia Vale do Rio Doce na região recebeu atenção especial no relatório de Mauro Miranda. "A questão fundamental consiste na verificação do impacto de suas ações no desenvolvimento da região e, conseqüentemente, na geração de empregos, no aumento da renda e da produção econômica".

Segundo o relator, os investimentos da Vale garantiram o início do processo de desenvolvimento nas regiões analisadas, e "caberiam questionamentos sobre o impacto da privatização no processo de desenvolvimento da região".

A comissão também identificou disfunções no sistema portuário no complexo de Vitória, que decorrem do baixo nível organizacional e financeiro da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e implicam o alto custo e ineficiência das operações, inibindo a cabotagem ao longo da costa brasileira.

Mauro Miranda destacou a atuação do Consórcio Operacional do Corredor



Mauro Miranda lamentou falta de recursos públicos para o setor de transportes

de Transportes Centro-Leste. Na avaliação do presidente do consórcio, a construção de ferrovias de integração da malha promoveria uma economia

de US\$ 1,5 bilhão por ano. O relatório criticou a alteração do traçado original da ferrovia Leste-Oeste.

- Os dados registrados no relatório traduzem os reais problemas que, hoje, travam o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste - analisou Mauro Miranda, que ressaltou a importância da duplicação da BR-153, no trecho entre Aparecida de Goiânia (GO) e Uberaba (MG).

O senador também reconheceu o desempenho do Ministério dos Transportes em desenvolver e modernizar a infra-estrutura viária, dando maior competitividade ao setor produtivo. "A falta de recursos públicos para o setor de transportes é um dos principais gargalos inibidores do crescimento das empresas brasileiras", concluiu.

Também participaram da última reunião da comissão os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT), vice-presidente da comissão, Gerson Camata (PMDB-ES), Djalma Bessa (PFL-BA) e Edison Lobão (PFL-MA).

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, prevê que página será "grande fonte de pesquisa"



Internet tem história da Casa

A história do Senado Federal está na Internet. O diretor-geral da instituição, Agaciel da Silva Maia, inaugurou no início da noite de ontem a página "História do Senado: do Império à República", que já pode ser acessado por qualquer pessoa na rede mundial de computadores, no endereço <http://www.senado.gov.br/>.

Segundo Agaciel, a exposição eletrônica da história do Senado é mais uma iniciativa do presidente Antonio Carlos Magalhães, em sua diretriz de dar mais transparência aos trabalhos legislativos. O diretor-geral acrescentou que a nova página faz parte do projeto de se construir uma grande biblioteca virtual, com os melhores momentos do Parlamento brasileiro apresentados de forma dinâmica, em sons

e imagens constantemente atualizados.

A nova página, com acessos pela página de abertura ou no ícone do Museu Eletrônico do Senado, está dividida em 16 capítulos. Neles são mostrados as origens das Casas legislativas em todo o mundo; a criação do Senado no Império, com a Constituição outorgada por Dom Pedro I; a participação do Senado na abolição da escravatura e na queda da monarquia; e seu papel na República, incluindo a ditadura de Vargas e o regime militar, entre outros tópicos.

Agaciel ressaltou que a página do Senado será uma grande fonte de pesquisa, com índices onomástico e temático, tornando-se uma forma gostosa de se aprender História.

TV discute hoje direitos do cidadão

As atribuições da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão serão explicadas, em entrevista à TV Senado, pelo procurador Wagner Gonçalves.

Criada em 1993 dentro da estrutura do Ministério Público, a procuradoria tem como função implementar as ações de cidadania em áreas como saúde, e defesa da mulher, do menor e do meio ambiente, explicou Wagner Gonçalves. A entrevista vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30 e 20h30.

Rádio homenageia Luiz Gonzaga

Programas inéditos da Rádio Senado, homenageiam neste fim de semana dois pernambucanos ilustres – o compositor Luiz Gonzaga, que completaria 86 anos no domingo, e o jornalista Austregésilo de Athayde, cujo centenário está sendo comemorado este ano.

Especial com Luiz Gonzaga – domingo, às 13h;

Senado FM Memória – domingo, às 9h30 e às 18h30

D. Paulo Arns celebra missa de Natal

Oficiada pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns, a missa de Natal e ação de graças pelo encerramento do ano legislativo, no Senado Federal, reuniu ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional, os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, além de inúmeros parlamentares, servidores das duas Casas do Legislativo e uma comitiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que está em Brasília para manifestações em favor da aceleração do processo de reforma agrária no país.

Com a participação do Coral do Senado, que apresentou peças sacras e natalinas, a missa emocionou seus



Os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, participaram da missa ao lado de servidores das duas Casas

participantes, em especial quando d. Paulo destacou que aquela celebração, no Congresso, tinha quatro pontos básicos de "compromisso cristão", que estavam representados pela busca da justiça social, a promoção da solidariedade, a defesa da liberdade e a prática

Senado já apreciou mais de 400 matérias em 1998

Entre as decisões desta semana estão a punição ao trabalho escravo e a autorização para o acordo de ajuda financeira internacional ao Brasil

Já passa de 400 o número de matérias apreciadas pelo Senado este ano, somado o resultado de intensos trabalhos esta semana (veja quadro). Além de autorizar o acordo de ajuda financeira internacional ao Brasil, no valor de US\$ 41,5 bilhões, outras matérias relevantes destacaram-se na pauta do Senado nos últimos dias.

A punição ao trabalho escravo ganhou penas mais severas com a aprovação de projeto de lei da Câmara que estabelece detenção de um ano para quem coagir seus empregados. A matéria altera o Código Penal e vai à sanção do presidente da República.

Outro projeto, que dá maior celeridade à tramitação de processos na Justiça, também já está pronto para sanção. Relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a proposta muda artigos do Código de Processo Civil e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Operações de crédito entre a União e diversos estados, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. O Paraná foi a unidade da federação que receberá maior volume de recurso: R\$ 3,8 bilhões para sanear o banco estadual (Banestado), apesar da oposição do senador Roberto Requião (PMDB-PR). Santa Catarina, Sergipe e Rio Grande do Norte também foram autorizados pelo Senado a contrair dívidas.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) terá suas atividades custeadas por uma nova taxa de fiscalização de materiais radiativos e nucleares. O projeto de lei da Câmara com esse conteúdo já está no Executivo para sanção e promulgação.

Matérias aprovadas nesta semana (de 04 a 11 de dezembro)

Projetos aprovados e enviados à sanção	5
Projetos aprovados e enviados à promulgação	8
Projetos aprovados e enviados à Câmara	2
Total de matérias aprovadas	15
Proposta enviada ao Arquivo	1
Total de matérias apreciadas	16

Matérias apreciadas neste ano

Projetos aprovados e enviados à sanção	60
Projetos aprovados e enviados à promulgação	191
Projetos aprovados e enviados à Câmara	38
Escolha de chefes de missões diplomáticas	25
Escolha de autoridades	19
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	4
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Parecer aprovado sobre consulta ao plenário	1
Total de matérias aprovadas	341
Propostas enviadas ao Arquivo	75
Total de matérias apreciadas	416

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizou duas reuniões esta semana, quando aprovou pareceres favoráveis a diversas operações de crédito, muitas

delas já ratificadas pelo plenário. Na reunião da quinta-feira, por exemplo, foram aprovados pareceres a empréstimos para o Pará, Amapá e Acre.

Lúdio quer entrosamento de comissões do Mercosul

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), presidente *pro tempore* das Comissões Parlamentares do Mercosul, reiterou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso e demais presidentes dos países que integram o bloco econômico, presentes à XV Reunião de Cúpula, no Rio de Janeiro, a necessidade de aperfeiçoamento e fortalecimento das relações entre as Comissões Parlamentares e o Conselho do Mercosul. Ele argumentou que "o Parlamento tem podido sinalizar diretrizes que refletem os anseios e preocupações das populações dos quatro países".

Lúdio Coelho transmitiu aos presidentes as decisões adotadas durante a XII Reunião Quadripartite da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), realizada naquela capital.

Em seu pronunciamento Lúdio Coelho ressaltou que os negociadores do Protocolo de Ouro Preto, firmado na ocasião

da criação do Mercosul, deram prova de sensibilidade política ao proporem a criação da Comissão Parlamentar Conjunta, adaptando a estrutura institucional do Mercosul à realidade das novas democracias latino-americanas.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul recomendou ao conselho do bloco econômico o estímulo às pequenas e médias empresas; a assinatura da Declaração Sócio-Laboral do Mercosul; a adoção de um Protocolo dos Direitos Humanos no Mercosul; e a formulação de políticas regionais que garantam a igualdade de oportunidades de emprego entre homens e mulheres.



Lúdio Coelho esteve em encontro do Rio